

# História e preconceito Economia - Brasil

## SIMPATIA NÃO É RAZÃO PARA RESGATAR A LAMENTÁVEL POLÍTICA MACROECONÔMICA DE JK

MARCELO DE PAIVA ABREU

Entre as mais brutais histórias da mitologia grega seguramente está a do leito de Procustes, malfeitor da Ática que, depois de roubar os viajantes, os colocava em uma cama. Se fossem menores do que a cama, eram esticados em uma roda; se fossem maiores, tinham seus pés cortados. Procedimento equivalente é utilizado em certas interpretações da história. Se os fatos não correspondem a uma interpretação pré-concebida são "trabalhados" de tal forma que o preconceito original permanece incólume.

Foi uma memorável quinzena em que muitos "desenvolvimentistas" saíram do closet e em que finalmente se explicitaram publicamente diferenças na coalizão governamental a respeito da ênfase das políticas públicas a médio prazo. Apologistas do "desenvolvimentismo", contrariados

pelas lembranças das imprudências macroeconômicas do presidente Kubitschek nos anos 50, puseram-se em ação, lançando mão da metodologia de Procustes aplicada à história. Veio à luz, por exemplo, o curioso argumento de que é fundamental, sob pena de cometer-se grave injustiça, ser capaz de perceber a diferença entre o Juscelino, condenável, da construção de Brasília e o Juscelino, louvável, dos grupos executivos setoriais. Na defesa da política econômica de JK os refletores recaem sobre Lucas Lopes como representante do que há de melhor no governo Kubitschek. Mas, curiosamente, só é lem-

brado o Lucas Lopes do Plano de Metas, e não o Lucas Lopes do Programa de Estabilização Monetária de 1958-1959, tristemente sacrificado com programa e tudo, exatamente por criar obstáculos ao crescimento do gasto público.

Uma visão equilibrada da Presidência de JK exige que não se ocultem as proporções de sua irresponsabilidade macroeconômica, qualquer que possam ter sido os méritos de algumas de suas políticas setoriais. Para isto nada melhor do que recorrer ao juízo das políticas de JK que fazia Lucas Lopes, o expoente maior do "desenvolvimentismo sadio". Os próximos parágrafos, que vêm de Lucas Lopes (*Memórias do desenvolvimento*, Centro da Memória da Eletricidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1991, pág. 219), constituem elemento importante para dirimir dúvidas que ainda possam restar sobre o balanço da gestão macroeconômica entre 1956 e

1961: "Eu fui um dos mais violentos monetaristas durante um certo período, porque recebi o Ministério da Fazenda num momento em que tinha de lutar para que sobrevivesse o valor da moeda, para que a inflação não chegasse a um nível fora de controle. Tive de conviver com Juscelino, que era um desenvolvimentista à outrance, que pouco se incomodava com esses problemas. Era o efeito da deseducação do povo brasileiro em termos de política monetária e financeira. Os políticos brasileiros não acreditavam em inflação, acreditavam em obras bem-feitas. Pouco se incomodavam se essas obras resulta-

vam ou não de um processo inflacionário, de emissão de recursos.

A idéia de Juscelino e de todo universo político em que vivíamos era que a execução de obras criaria condições para que nos anos seguintes existissem elementos de recuperação. Não havia julgamento se, ao executar as obras, se estaria criando um processo perverso de inflação que tornaria inviável o prosseguimento da política de desenvolvimento. Falta sempre um senso de equilíbrio, a noção de até que ponto era possível concordar com uma pressão inflacionária para no futuro poder recuperar esse processo com o desenvolvimento econômico. Dizia-se: 'O desenvolvimento econômico compensará as dificuldades que estão surgindo no excesso de inflação.' É uma fase ótima a de fazer, a de gastar. É muito difícil chegar num momento e dizer: 'Agora não se pode mais gastar porque a consequência será um processo incontrolável de inflação.'

Houve realmente no Brasil, um período, não direi de orientação isebiana ou cepalina, mas de orientação desenvolvimentista, em que prevaleceu a idéia de que tínhamos uma vocação para crescer e era preciso crescer de qualquer forma. Todos nós queremos crescer, mas a partir de um certo momento aqueles que convivem mais de perto com os problemas sabem que o crescimento é limitado por fatores inelutáveis. Um dos mais graves é um processo inflacionário sem controle. A ausência de recursos no balanço de pagamentos, o endividamento externo que absorve a capacidade de execução, a moratória, tudo isso são coisas que teríamos dado tudo para evitar se tivéssemos tido a responsabilidade de conduzir o processo desde o início."

Ainda no terreno do uso da história para justificar políticas do presente: os mandatos sucessivos do presidente Fernando Henrique tem sido mencionados como guardando semelhança com os de Campos Sales e Rodrigues Alves, de 1898 e 1906. Campos Sales estabilizou a economia, Rodrigues Alves deu prioridade ao crescimento. Mas, embora economia tenha crescido, modestamente, sob Rodrigues Alves, é necessário enfatizar que a gestão macroeconômica prudente, especialmente fiscal, continuou durante seu quadriênio. O paradigma Campos Sales-Rodrigues Alves fazia sentido como orientação estratégica do atual governo, digamos até a metade do primeiro mandato. O afastamento em relação ao paradigma foi, entretanto, sendo gradativamente ampliado: em contraste com a herança deixada por Campos Sales, a estabilização no início de 1999 estava inacabada e continua sob ameaça; o ajuste fiscal é insuficiente. Se, com a estabilização não consolidada, o governo partir para a adoção de políticas expansionistas, o paradigma histórico de plantão deve ser alterado: saem Campos Sales-Rodrigues Alves, entra um paradigma do tipo "pau na máquina". Pode ser Epitácio Pessoa, ou JK, não há falta de exemplos. Talvez seja ingenuidade pretender a esta altura interferir com a insistência de muitos na adoção de políticas que podem resultar no pior dos mundos. Mas que sejam buscadas na história as lições corretas: a ênfase no crescimento a qualquer custo resultará, no médio prazo, em estagnação e fracasso da estabilização.

■ Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio